

Elo Participações Ltda.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados dos exercícios	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhoras e senhores acionistas,

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade da pandemia da Covid-19, um dos acontecimentos mais desafiadores da nossa história.

Mesmo com todo o cenário de incertezas, surgiram oportunidades para promovermos inovações em nossos modelos de negócios e na forma de trabalho. Com a busca contínua por eficiências e entendimento das melhores formas de atender as pessoas, clientes, colaboradores e acionistas, a Empresa registrou lucro líquido de R\$ 854,2 milhões, possuindo patrimônio líquido de R\$ 2,9 bilhões com ativos totais de R\$ 3,4 bilhões.

Resultado obtido, principalmente, pela resiliência das empresas componentes do Grupo que, cientes de seu papel, ofereceram meios de pagamento para que brasileiros pudessem receber apoio financeiro na pandemia e potencializaram instrumentos digitais que serviram não só como conveniência, mas como ferramentas alinhadas aos protocolos de saúde estabelecidos.

Outros dois fatos relevantes que ocorreram ao longo do ano foram a distribuição de R\$1,1 Bilhões de dividendos aos acionistas e a incorporação da Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda. pela Elo Participações Ltda.

Pensando-se na segurança e bem-estar de nossos colaboradores, todas as atividades continuaram através de trabalho remoto, contribuindo com a preservação da saúde e em linha com as ações para superação da pandemia.

Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração a todos os nossos colaboradores, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. E, em especial, aos nossos clientes que nos honram com a sua escolha.

Convidamos a todos para conhecerem o resumo de nossos resultados ao longo do ano de 2021.

Barueri, 24 de março de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da

Elo Participações Ltda.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elo Participações Ltda. ("Empresa" ou "EloPar") identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elo Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6



André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2

Elo Participações Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	NE	Controladora		Consolidado		Passivo	NE	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	331.737	696.052	6.122.616	7.258.794	Passivos com instituições financeiras	16	-	-	324.093	165.114
Instrumentos financeiros	6	-	-	764.537	142.171	Fornecedores	17	1.507	808	164.474	45.723
Empréstimos e recebíveis	7	-	-	1.988.884	1.503.413	Contas a pagar operacionais	18	-	-	4.737.006	3.730.828
Empréstimos e recebíveis		-	-	2.240.311	1.763.158	Obrigações com portadores	19	-	-	2.276.175	2.225.870
Provisão para perdas esperadas		-	-	(251.427)	(259.745)	Programa de incentivos às vendas	20	-	-	20.878	34.521
Contas a receber	8	137.703	11.213	3.881.152	3.185.965	Salários e encargos	21	19.562	20.693	198.962	165.740
Contas a receber		138.992	11.240	3.912.470	3.219.684	Impostos e contribuições a recolher	22	7.533	1.628	117.208	244.706
Provisão para perdas esperadas		(1.289)	(27)	(31.318)	(33.719)	Passivos contingentes	23	1.781	683	21.918	14.694
Impostos a recuperar	9	32.170	24.007	287.311	164.718	Dividendos a pagar	22.b	213.551	216.098	223.500	232.485
Dividendos a receber	22.a	172.749	133.002	-	-	Arrendamento mercantil a pagar	24	428	13	10.693	20.865
Despesas antecipadas	10	1.633	1.745	173.422	147.379	Outras contas a pagar	23	34.023	17.849	3.845.182	3.697.640
Depositos judiciais	12	-	-	1.681	-	Total do passivo circulante		278.385	257.772	11.940.089	10.578.186
Outros créditos	11	16.655	18.230	278.171	127.022	Passivos contingentes	28	90.506	118.565	177.269	194.510
Outros créditos		16.655	18.230	285.481	128.835	Salários e encargos	20	18.769	21.209	53.844	43.266
Provisão para perdas esperadas		-	-	(7.310)	(1.813)	Passivo fiscal diferido	27.b	94.104	2.343	131.749	42.323
Total do ativo circulante		692.647	884.249	13.497.774	12.529.462	Outras contas a pagar	23	-	-	99	36
Instrumentos financeiros	6	-	-	130.905	230.571	Arrendamento mercantil a pagar	24	7.773	9.513	34.638	32.587
Contas a receber	8	137.077	-	-	-	Total do passivo não circulante		211.152	151.630	397.599	312.722
Empréstimos e recebíveis	7	-	-	52.350	189.273	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores					
Empréstimos e recebíveis		-	-	57.620	202.636	Capital social	29.a	1.052.000	1.052.000	1.052.000	1.052.000
Provisão para perdas esperadas		-	-	(5.270)	(13.363)	Ajustes de avaliação patrimonial		(626)	(1.700)	(626)	(1.700)
Despesas antecipadas	10	135	134	130.672	107.340	Reserva legal	29.b	85.480	85.480	85.480	85.480
Depósitos judiciais	12	57.245	59.920	136.295	136.686	Reserva estatutária para expansão	29.c	1.803.203	2.046.452	1.803.203	2.046.452
Ativo fiscal diferido	27.b	54.852	62.010	670.787	714.897	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		2.940.057	3.182.232	2.940.057	3.182.232
Outros créditos	11	-	-	7.321	5.551	Participação de acionistas não controladores		-	-	315.499	579.700
Investimento	13	2.382.917	2.479.251	-	-	Total do patrimônio líquido		2.940.057	3.182.232	3.255.556	3.761.932
Ágio sobre investimento	13	89.637	89.637	278.366	278.366	Total do Ativo		3.429.594	3.591.634	15.593.244	14.652.840
Imobilizado	14	14.029	15.899	78.019	99.912	Total do Passivo		3.429.594	3.591.634	15.593.244	14.652.840
Intangível	15	1.055	534	610.755	360.782						
Total do ativo não circulante		2.736.947	2.707.385	2.095.470	2.123.378						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elo Participações Ltda.
Demonstrações dos resultados dos exercícios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita bruta	30	-	-	8.404.456	7.024.483
Impostos sobre serviços	30	-	-	(847.784)	(712.477)
Receita operacional		-	-	7.556.672	6.312.006
Custo dos serviços prestados	31	-	-	(3.136.612)	(2.163.004)
Lucro bruto		-	-	4.420.060	4.149.002
Receitas/(despesas), líquidas					
Pessoal	31	(12.163)	(13.258)	(730.671)	(574.175)
Gerais e administrativas	31	(4.016)	(36.998)	(1.728.030)	(1.411.157)
Resultado com equivalência patrimonial	13	836.253	899.803	-	-
Outras receitas/(despesas)	31	136.513	(3.187)	(51.888)	(165.040)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		956.587	846.360	1.909.471	1.998.630
Receitas financeiras	32	40.210	22.337	397.778	233.163
Despesas financeiras	32	(4.238)	(4.113)	(586.521)	(391.759)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		992.559	864.584	1.720.728	1.840.034
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	27.a	(39.435)	(4.728)	(531.916)	(637.202)
Diferidos	27.a	(98.919)	4.535	(116.597)	22.288
Lucro líquido		854.205	864.391	1.072.215	1.225.120
Atribuível a:					
Acionistas controladores		854.205	864.391	854.205	864.391
Acionistas não controladores		-	-	218.010	360.729
Lucro por lote de mil quotas em R\$		0,8120	0,8217	-	-

Elo Participações Ltda.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado dos exercícios	<u>854.205</u>	<u>864.391</u>	<u>1.072.215</u>	<u>1.225.120</u>
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	1.166	(1.131)	1.166	(1.131)
Efeito fiscal	<u>(92)</u>	<u>(591)</u>	<u>(92)</u>	<u>(591)</u>
Resultado abrangente total	<u>855.279</u>	<u>862.669</u>	<u>1.073.289</u>	<u>1.223.398</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	855.279	862.669	855.279	862.669
Acionistas não controladores	-	-	218.010	360.729
Resultado abrangente total	<u>855.279</u>	<u>862.669</u>	<u>1.073.289</u>	<u>1.223.398</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elo Participações Ltda.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	NE	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucro dos exercícios	Total do patrimônio líquido (acionistas controladores)	Participação acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Outras reservas de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.052.000	22	85.480	1.854.317	-	2.991.819	254.632	3.246.451
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(1.722)	-	-	-	(1.722)	-	(1.722)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	864.391	864.391	360.729	1.225.120
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos propostos	22.b	-	-	-	(456.158)	(216.098)	(672.256)	(35.661)	(707.917)
Reserva para expansão		-	-	-	648.293	(648.293)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.052.000	(1.700)	85.480	2.046.452	-	3.182.232	579.700	3.761.932
Ajuste de avaliação patrimonial		-	1.074	-	-	-	1.074	-	1.074
Dividendos adicionais	29.d	-	-	-	(883.902)	-	(883.902)	-	(883.902)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	854.205	854.205	218.010	1.072.215
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos propostos	22.b	-	-	-	-	(213.552)	(213.552)	(300.551)	(514.103)
Reserva para expansão		-	-	-	640.653	(640.653)	-	(181.660)	(181.660)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.052.000	(626)	85.480	1.803.203	-	2.940.057	315.499	3.255.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elo Participações Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido dos exercícios	854.205	864.391	1.072.215	1.225.120
Ajustes ao lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Participação de acionistas não controladores	-	-	(218.010)	(360.729)
Depreciações e amortizações	4.596	11.665	141.866	102.844
Provisão para perdas	-	-	6.605	139.491
Resultado com equivalência patrimonial	(836.253)	(899.803)	-	-
Passivos contingentes	(26.961)	114.570	(10.017)	17.429
Imposto de renda e contribuição social diferidos	98.919	(52.005)	133.536	183
Juros sobre arrendamento mercantil	588	(5.446)	3.209	(1.882)
(Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais				
Instrumentos financeiros	-	-	(517.203)	(276.627)
Contas a receber	(263.567)	(5.021)	(707.289)	27.862
Empréstimos e recebíveis	-	-	(348.548)	(364.534)
Impostos a recuperar	(8.163)	(8.753)	(122.593)	4.867
Despesas antecipadas	111	(146)	(49.375)	(46.067)
Depósitos judiciais	2.675	(55.414)	(1.290)	(32.231)
Outros créditos	1.683	(3.255)	(151.845)	153.389
Passivos com instituições financeiras	-	-	158.979	(557.571)
Fornecedores	699	(792)	118.751	(786)
Contas a pagar operacionais	-	-	1.006.178	832.777
Obrigações com portadores	-	-	50.305	436.101
Programa de incentivos às vendas	-	-	(13.643)	(27.754)
Salários e encargos	(3.571)	12.181	43.800	41.061
Impostos e contribuições a recolher	36.621	1.802	505.049	594.050
Impostos pagos	(30.716)	(1.619)	(632.547)	(443.681)
Outras contas a pagar	16.174	6.872	147.605	517.736
Arrendamento mercantil	(1.913)	3.292	(11.330)	(6.962)
Caixa líquido aplicado/(utilizado) nas atividades operacionais	(154.873)	(17.481)	604.408	1.974.086
(Aumento)/redução nas atividades de investimentos				
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Baixa investimento por incorporação	3.817	1.093	-	-
Aquisição de controlada	(150.000)	-	-	-
Lucro não realizado	8a 227.876	-	-	-
Perda de capital	658	-	-	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	(264.201)	325.068
Dividendos recebidos	811.454	604.165	-	-
Adições ao imobilizado e intangível	(3.247)	(9.642)	(369.946)	(192.202)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	890.558	595.616	(634.147)	132.866
(Aumento)/redução nas atividades de financiamento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Distribuição de lucros	(1.100.000)	(613.00)	(1.106.439)	(639.954)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(1.100.000)	(613.00)	(1.106.439)	(639.954)

Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa	(364.315)	(34.865)	(1.136.178)	1.466.998
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	696.052	730.917	7.258.794	5.791.796
Saldo final	331.737	696.052	6.122.616	7.258.794
Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa	(364.315)	(34.865)	(1.136.178)	1.466.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Elo Participações Ltda. (“Empresa” ou “EloPar”) é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade empresária limitada, domiciliada no Brasil que tem como acionistas controladores diretos Bradescard Elo Participações S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A. O endereço registrado do escritório da Empresa é Alameda Xingu, 512, 2º e 8º andares, Edifício “Condomínio Evolution Corporate” - Barueri, São Paulo.

A Empresa tem por objeto a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; a gestão de negócios e ativos de empresas controladas direta ou indiretamente pela Empresa; a prestação de serviços relacionados com atividades, transações e operações para empresas controladas, direta ou indiretamente pela Empresa, bem como a realização de todas e quaisquer atividades conexas ou correlatas, que não sejam privativas de sociedade de prestação de serviços profissionais regulamentadas e que não dependam de autorização governamental específica; a prestação de quaisquer serviços administrativos às empresas controladas direta ou indiretamente pela Empresa. O licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Empresa.

Mesmo mediante a todo contexto de continuidade da pandemia (COVID-19) e de saúde que ocorreram durante o ano de 2021, a EloPar e suas controladas obtiveram crescimento com a expansão de seus negócios, mantendo assim o resultado esperado.

Controladas diretas

Empresas	Setor	Controladas	2021	2020
			Participação no capital social	Participação no capital social
Alelo S.A	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Elo Serviços S.A	Serviços	Direta	57,07%	56,97%
Elo Holding Financeira S.A	<i> Holding</i>	Direta	100,00%	100,00%
Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Livelo S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	Serviços	Direta	-	99,99%
Kartra Participações Ltda.	<i> Holding</i>	Direta	99,99%	99,99%

O contexto operacional das controladas estão demonstradas abaixo:

Alelo S.A. - foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via “tag” e plataforma de pedidos.

Elo Serviços S.A. - é uma companhia 100% brasileira do segmento de Soluções de Pagamento criada em 2011 e tem o intuito de viabilizar a realização de pagamentos entre as diversas partes da cadeia: Consumidores, Estabelecimentos, Bancos Emissores, Credenciadores e empresas de tecnologia que fazem parte do ecossistema. Tendo seus controladores como principais emissores de cartões de débito e crédito com a bandeira Elo.

Elo Holding Financeira S.A. - tem como objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições.

Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A. - tem como objetivo atuação direta ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participações de capital em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia acionista ou quotista e o licenciamento ou o sublicenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade, etc.

Nível S.A. - tem como objetivo: (a) comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (b) a comercialização de obrigações decorrentes de pagamentos de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (c) o desenvolvimento e integração de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Empresa e/ ou seus parceiros; (d) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (e) a obtenção e gerenciamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo; (f) o credenciamento de pessoas jurídicas, fornecedoras de bens e/ou prestadoras de serviços; (g) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (h) a implantação, administração e demais atividades relativas a programas promocionais, programas de incentivos, fidelização e/ou bonificação de vendas; (i) comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e a exportação, além da aquisição de itens e produtos direta ou indiretamente relacionados a consecução das atividades acima descritas, devendo seu estoque ser mantido em estabelecimento de terceiros; e (j) a Participação e representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras como sócia, acionista ou quotista.

Kartra Participações Ltda. - tem como objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições. Possui o controle direto do Banco Digio S.A.

Controladas indiretas

Banco Digio S.A. - tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras de investimento, crédito e financiamento, o qual está autorizado a operar pelo Banco Central do Brasil de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo ainda participar de outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Nas demonstrações financeiras individuais da Empresa as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a participação da Kartra Participações Ltda no capital social do Banco Digio S.A. era de 100%.

2 Incorporação de controlada

Em 29 de outubro 2021, a controlada Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda., prestadora de serviços relacionados ao segmento de micro finanças, e também atuava na

promoção e distribuição de produtos financeiros de empresas parceiras, destinada ao segmento atendido pela Empresa foi incorporada na controladora Elo Participações Ltda.

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da incorporação.

Caixa e equivalente de caixa	204
Contas a receber de clientes	2
Impostos a recuperar	4.470
Outros créditos	169
Depositos judiciais	546
Imobilizado	118
Imposto de renda e contribuição a recolher	(14)
Outras contas a pagar	(1.566)
Passivos contingentes	(112)
Total dos ativos e passivos indetectáveis, líquido	3.817

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 24 de março de 2022.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

4 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimento de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feito de forma antecipada. São sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo.

b. Instrumentos financeiros

b.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- *Solely Payments of Principal and Interest* (“SPPI”): uma das condições para se classificar um instrument Financeiro ao custo amortizado, SPPI ocorre quando termos

contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base o valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto

durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;

- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou;
 - a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Empresa atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior – ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças forem feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Empresa atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Empresa aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e telecomunicações	5 anos
Software e aplicativos	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Direitos de uso sobre bens	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são aplicações em gastos que tenham realização no curso do período subsequente à data do balanço patrimonial.

As despesas pagas antecipadamente ou despesas antecipadas devem ser rateadas mensalmente com base no princípio da competência, principalmente quando o rateio deve acontecer em mais de um exercício fiscal.

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como os prêmios de seguro, assinatura de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

e. Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Empresa utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da Empresa de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Empresa leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

A Empresa mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida;
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição;
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.
- Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Empresa incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

f. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Empresa, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Empresa possui controle compartilhado, onde a Empresa tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Empresa no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

g. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

h. Ágio (*goodwill*)

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual ou quando houver indício de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

ii. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros e contas a receber

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

i2. Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25:

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Passivos contingentes - são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Obrigações legais - as obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

k. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Empresa.

A Empresa reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

A receita é reconhecida pelo regime de competência. Sendo todos os itens acima avaliados e submetidos as mudanças decorrentes da adoção do CPC 47 que estabeleceu novo procedimento de reconhecimento de receitas de contratos com clientes, vigente a partir do exercício de 2018.

l. Outras receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; e (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

m. Receitas/(despesas), líquidas

As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para a instituição financeira é aplicada a alíquota de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do

balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

o. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

p. Arrendamento Mercantil

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Empresa não possui arrendamentos que não se enquadrem na prática.

Os ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Empresa estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	29	109	45.355	83.810
Moeda estrangeira (a)	-	-	69.194	109.466
Fundos de investimentos (b)	317.606	524.500	5.319.514	6.727.990
Certificado de depósito bancário (c)	14.102	171.443	686.736	335.360
Aplicações financeiras	-	-	1.817	2.160
Certificado de depósito no exterior (a)	-	-		8
	331.737	696.052	6.122.616	7.258.794

- (a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício.
- (b) As aplicações com fundos de investimentos não exclusivos são administradas pelo Banco Bradesco S.A., BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Caixa Econômica Federal que possuem liquidez diária. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.
- (c) As aplicações em certificados de depósito bancário estão classificadas no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentavam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate remunerados ao CDI.

6 Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Títulos públicos		-	-	764.537	318.585
Letras financeiras do tesouro	VJORA	-	-	765.668	319.716
Ajuste a valor de mercado		-	-	(1.131)	(1.131)
Títulos privados		-	-	130.905	54.157
Letras financeiras	Custo Amortizado	-	-	130.905	54.157
Total instrumentos financeiros		-	-	895.442	372.742
Circulante		-	-	764.537	142.171
Não circulante		-	-	130.905	230.571

b) Classificação dos instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora			
		2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e Bancos	Custo amortizado	29	-	109	-
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	14.102	14.102	171.442	171.442
Fundos de investimentos	VJR	317.606	317.606	524.500	524.500
Contas a receber	Custo amortizado	274.780	-	11.213	-
		606.517	331.708	707.264	695.942

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Consolidado			
		2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e Bancos	Custo amortizado	116.366	-	195.436	-
Títulos públicos					
Letras financeiras do tesouro	VJORA	765.668	765.668	319.716	319.716
Títulos privados					
Letras financeiras	Custo amortizado	130.905	-	54.157	-
Certificado de depósito bancário - CDB's	Custo amortizado	78.191	-	-	-
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	608.545	608.545	335.368	335.368
Fundos de investimentos	VJR	5.319.514	5.319.514	6.727.990	6.727.990
Contas a receber	Custo amortizado	3.881.152	-	3.185.965	-
		10.900.341	6.693.727	10.818.632	7.383.074

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora		Nível
		2021	2020	
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	14.102	171.442	Nível 2
Fundos de investimentos	VJR	317.606	524.500	Nível 2
		331.708	695.942	

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Consolidado		Nível
		2021	2020	
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	608.545	335.368	Nível 2
Letras financeiras do tesouro	VJORA	765.668	319.716	Nível 2
Fundos de investimentos	VJR	5.319.514	6.727.990	Nível 2
		6.693.727	7.383.074	

- (a) **Nível 1:** o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- (b) **Nível 2:** o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.
- (c) **Nível 3:** se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

- O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.
- para outros instrumentos financeiros - análise de fluxo de caixa descontado.

7 Empréstimos e Recebíveis

	Consolidado	
	2021	2020
Operações de crédito	2.323.533	1.950.767
Perdas esperadas	(282.299)	(258.081)
	2.041.234	1.692.686
Circulante	1.988.884	1.503.413
Não circulante	52.350	189.273

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada aplicados seguem os conceitos e diretrizes dos normativos internacionais do CPC-48, de modo a fornecer suas próprias medidas de probabilidade de inadimplência (PD), perda dada inadimplência (LGD) e a exposição total da carteira em inadimplência (EAD), contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativa nas variáveis dos modelos.

O modelo prevê agravamento das variáveis PD e LGD em linha com o cenário econômico apurado no momento da mensuração do respectivo modelo. Adicionalmente no cálculo consideramos o crédito tributário sobre a perda esperada.

8 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	-	-	3.307.631	2.703.784
Contas a receber partes relacionadas (a)	276.069	11.240	604.839	515.900
(-) Perda esperada (b)	(1.289)	(27)	(31.318)	(33.719)
	274.780	11.213	3.881.152	3.185.965
Circulante	137.703	11.213	3.881.152	3.185.965
Não circulante	137.077	-	-	-

- (a) Em 27 de julho de 2021, a Empresa vendeu para sua controlada Elo Serviços S.A., a marca “ELO” em contrato de cessão e transferência de marca e nome de domínio. O valor total da transação foi de R\$ 400.000 milhões em três parcelas de R\$ 133.333 milhões, sendo a primeira foi paga em 30 de julho de 2021. A segunda e a terceira parcelas vencem em 30 de julho de 2022 e 2023, respectivamente e estão sujeitos à atualização monetária com base na taxa de juros SELIC. Esta transação gerou um ganho de capital no montante de R\$ 227.876.
- (b) A provisão de perda esperada de clientes da Empresa, são estimativas ponderadas pela probabilidade de perda de crédito. A Empresa e suas controladas dispõem de políticas internas e instrumentos contratuais para mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de “default”.

A movimentação da perda esperada é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	(27)	(38)	(33.719)	(36.799)
Acréscimos	(1.300)	(14)	(9.465)	(16.876)
Baixas	38	25	11.866	19.956
Saldo final	(1.289)	(27)	(31.318)	(33.719)

Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados à Contas a Receber de Clientes, Contas a Receber de Partes Relacionadas e Carteira de Títulos e Valores Mobiliários.

Risco de crédito

O Risco de crédito é o risco de a controladora incorre em perdas financeiras caso uma contraparte falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente aos acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da instituição.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A instituição conta com estrutura de gerenciamento de risco vide nota explicativa nº 35.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Instituição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de contrapartes, incluindo o risco de não pagamento apurado por modelos internos.

A instituição conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

Modelos de apuração de perdas esperadas

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada das contrapartes existentes da Controladora foram construídos com base em diretrizes dos normativos internacionais do CPC-48 (IFRS9), contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativa nas variáveis dos modelos.

A carteira à receber da Controladora observa baixos índices históricos de inadimplência e/ou atraso, dado que suas operações estão destinadas as suas controladas, desta maneira classificada como *Low Default Portfolio (LDP)*. Estas classes de carteiras, devido a boa qualidade de crédito das contrapartes não oferecem dados estatísticos suficientes e adequados de eventos de inadimplência e/ou perda de modo em que possa permitir uma modelagem estatística eficiente.

Desta maneira, o modelo mensuração de provisão para perdas esperadas considera na sua apuração as variáveis de PD (Probability of Default) com base em modelagem interna que combina consultas a informações de Bureau externos, e EAD (Exposure at Default) a qual representa o valor de exposição ao risco de crédito apurado na data de sua mensuração.

Dadas as características do modelo de negócio da instituição, a modelagem para mensuração da provisão para perdas esperadas utiliza método adaptado considerando as variáveis de EAD e PD apuradas no momento do cálculo.

As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas na Controladora, e suas respectivas provisões calculadas:

31 de dezembro de 2021	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
Contas a receber	280.113	0,46%	(1.289)
Instrumentos financeiros (c)	-	0,0%	-
Total	280.113		(1.289)

31 de dezembro de 2020	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
Contas a receber	10.857	0,25%	(27)
Instrumentos financeiros (a)	-	0,0%	-
Total	10.857		(27)

(c) Instrumentos financeiros não apresentaram classificação do ativo para elegibilidade ao cálculo de perda esperada conforme as diretrizes do CPC-48 (IFRS9).

Consolidado

Os riscos de crédito e os modelos de apuração de perdas esperadas das empresas controladas respeitam as diretrizes da Controladora, seguindo as mesmas diretrizes dos normativos internacionais do CPC-48 (IFRS9), respeitando as especificidades de cada modelo de negócio, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativas nas variáveis dos modelos.

O montante apurado considera os eventos contábeis registrados em suas controladas diretas. As tabelas a seguir fornece o detalhamento das controladas e suas respectivas provisões apuradas:

	2021	2020
Alelo S.A. (d)	(26.541)	(31.332)
Livelo S.A. (e)	(3.488)	(2.357)
Elo Participações Ltda.	(1.289)	(27)
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	-	(2)
	(31.318)	(33.719)

(d) As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas na controlada Alelo S.A., e suas respectivas provisões calculadas:

31 de dezembro de 2021	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
A Vencer até 3 dias	2.424.059	0,1%	3.058
Vencido 4-30 dias	25.031	8,2%	2.059
Vencido 31-60 dias	2.397	14,8%	356
Vencido 61-90 dias	1.389	50,5%	702
Vencido 91-360 dias	2.512	73,9%	1.858
Vencido há mais de 360 dias	18.508	100,0%	18.508
Total	2.473.896		26.541

31 de dezembro de 2020	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
A Vencer até 3 dias	2.253.942	0,1%	1.349
Vencido 4-30 dias	29.305	5,8%	1.688
Vencido 31-60 dias	1.495	9,0%	135
Vencido 61-90 dias	712	60,1%	428
Vencido 91-360 dias	9.096	44,5%	4.052
Vencido há mais de 360 dias	23.680	100,0%	23.680
Total	2.318.230		31.332

(e) As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas na controlada Livel S.A., e suas respectivas provisões calculadas:

31 de dezembro de 2021	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
Contas a receber	431.472	0,8%	3.488
Estoque de pontos antecipados	124.582	5,9%	7.310
Instrumentos financeiros	-	0,0%	-
Total	556.054		10.798

31 de dezembro de 2020	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
Contas a receber	321.962	0,7%	2.357
Estoque de pontos antecipados	15.797	11,5%	1.813
Instrumentos financeiros	-	0,0%	-
Total	337.759		4.170

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRRF	30.807	22.500	88.507	45.273
Imposto de renda e contribuição social	204	349	110.873	53.809
PIS e COFINS	1.100	1.097	86.231	61.851
Outros	59	61	1.700	3.785
	32.170	24.007	287.311	164.718

10 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Incentivos de vendas	-	-	154.047	122.841
Contratos, assinaturas e licenças	1.768	1.879	110.665	84.354
Descontos comerciais	-	-	30.475	38.560
Outros	-	-	8.907	8.964
	1.768	1.879	304.094	254.719
Circulante	1.633	1.745	173.422	147.379
Não circulante	135	134	130.672	107.340

11 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento a fornecedores (a)	12.606	12.905	228.303	98.826
Adiantamento a funcionários	3.119	2.352	42.688	23.814
Depósitos garantias (b)	-	-	3.513	3.272

Elo Participações Ltda.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021*

Perdas esperadas	-	-	(7.310)	(1.813)
Contratos com partes relacionadas (Nota 25)	32	2.074	-	-
Outros	898	899	18.298	8.474
	<u>16.655</u>	<u>18.230</u>	<u>285.492</u>	<u>132.573</u>
Circulante	16.655	18.230	278.171	127.022
Não circulante	-	-	7.321	5.551

- a) Substancialmente na controladora, refere-se a valores a serem recebidos pelo compartilhamento de estrutura, e no consolidado, trata-se de compra de pontos antecipadas da controlada Livelio S.A.
- b) Garantia contratual em dólar firmada junto à *Discover* como garantia de liquidação para as transações internacionais, realizadas com o cartão Elo. Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício. Esses valores referem-se a saldos da controlada Elo Serviços S.A.

12 Depósitos judiciais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos fiscais	6.863	6.498	84.959	80.880
Depósitos trabalhistas	56.109	59.944	58.022	61.917
Depósitos cíveis	2	-	2	21
Bloqueio judicial	2.873	2.929	3.595	3.319
(-) Ressarcimento de depósitos	(8.602)	(9.451)	(8.602)	(9.451)
	<u>57.245</u>	<u>59.920</u>	<u>137.976</u>	<u>136.686</u>
Circulante	-	-	1.681	-
Não circulante	57.245	59.920	136.295	136.686

13 Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis das controladas diretas apresentavam os seguintes valores:

	2021						2020		
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Quantidade de ações/quotas	Participação no capital social	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.	201	49	(20)	201	100%	49	(20)	69	(19)
Elo Holding Financeira S.A.	201	81	(16)	201	100%	81	(16)	97	(20)
Alelo S.A.	472.414	796.237	182.186	2.000	100%	796.237	182.186	729.520	186.351
Elo Serviços S.A.	342.627	734.909	506.955	1.433.107	57,07%	419.409	288.945	767.470	477.570
Livelo S.A.	139.100	508.853	458.710	139.100	100%	508.853	458.710	394.896	273.495
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda. (a)	-	-	(24.547)	-	99,99%	-	(24.547)	10.980	(10.265)
Ibi Promotora de Vendas Ltda.	-	-	-	-	99,99%	-	-	-	(20.606)
Kartra Participações Ltda. (b)	868.110	658.288	(69.005)	868.110	99,99%	658.288	(69.005)	576.219	(6.703)
						2.382.917	836.253	2.479.251	899.803

(a) Resultado até outubro de 2021.

(b) Controladora do Banco Digio S.A.

Composição de ágios sobre investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Alelo S.A. (a)	89.637	89.637	89.637	89.637
Banco Digio S.A. (b)	-	-	188.729	188.729
	89.637	89.637	278.366	278.366

(a) Ágio registrada em 31 de agosto de 2013, resultante da incorporação da Lyra Holding S.A. na Alelo S.A

(b) Em 31 de dezembro de 2016 houve a incorporação da Farly que possuía um ágio de R\$ 325.394 sendo que R\$ 136.665 se tornou um benefício fiscal no Banco Digo S.A que foi amortizado no período de 5 anos, finalizando em 31 de dezembro de 2021.

14 Imobilizado

		Controladora					
		2021			2020		
Taxa anual de depreciação %		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	10	7.220	(4.333)	2.887	6.697	(3.653)	3.044
Móveis e utensílios	10	4.198	(2.414)	1.784	3.958	(2.050)	1.908
Software e aplicativos	20	1.652	(1.235)	417	1.652	(1.009)	643
Equipamentos de informática e telecomunicações	20	1.211	(972)	239	1.157	(884)	273
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	2.856	(2.225)	631	14.940	(5.089)	9.851
Direito de uso sobre bens	16,67	16.019	(7.948)	8.071	2.358	(2.178)	180
		33.156	(19.127)	14.029	30.762	(14.863)	15.899

		Consolidado					
		2021			2020		
Taxa anual de depreciação %		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	10	16.679	(9.640)	7.039	17.543	(8.548)	8.995
Móveis e utensílios	10	12.462	(6.444)	6.018	15.152	(6.369)	8.783
Software e aplicativos	20	42.642	(27.432)	15.210	38.692	(20.650)	18.042
Equipamentos de informática e telecomunicações	20	11.850	(6.923)	4.927	11.244	(5.556)	5.688
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	10.402	(7.711)	2.691	13.407	(8.001)	5.406
Direito de uso sobre bens	16,67	79.779	(37.645)	42.134	79.681	(26.683)	52.998
		173.814	(95.795)	78.019	175.719	(75.807)	99.912

A movimentação do imobilizado da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Controladora				
	Saldo inicial em 31.12.2020	Entradas	Baixas	Depreciação	Saldo final em 31.12.2021
Imobilizado de Uso					
Instalações	3.044	523	-	(680)	2.887
Móveis e utensílios	1.908	239	-	(363)	1.784
Software e aplicativos	643	-	-	(226)	417
Equipamentos de informática e telecomunicações	273	54	-	(88)	239
Benfeitorias em imóveis de terceiros	180	499	-	(48)	631
Direito de uso sobre bens	9.851	1.079	-	(2.859)	8.071
	15.899	2.394	-	(4.264)	14.029
	Consolidado				
	Saldo inicial em 31.12.2020	Entradas	Baixas	Depreciação	Saldo final em 31.12.2021
Imobilizado de Uso					
Instalações	8.995	523	(1.382)	(1.097)	7.039
Móveis e utensílios	8.783	243	(2.821)	(187)	6.018
Software e aplicativos	18.042	3.964	(5)	(6.791)	15.210
Equipamentos de informática e telecomunicações	5.688	615	(3)	(1.373)	4.927
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.406	497	(3.074)	(138)	2.691
Direito de uso sobre bens	52.998	14.411	(14.184)	(11.091)	42.134
Total	99.912	20.253	(21.469)	(20.677)	78.019

No exercício de 2021 na Controladora não foram realizadas baixas no ativo imobilizado (R\$ 7.960 em 31 de dezembro de 2020). No Consolidado as baixas realizadas totalizaram R\$21.469 em 2021 (R\$ 18.108 em 31 de dezembro de 2020).

15 Intangível

		Controladora					
		2021			2020		
Taxa anual de amortização %		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software e licenças	20	1.678	(1.194)	484	1.406	(872)	534
Projetos corporativos	20	581	(10)	571	-	-	-
		2.259	(1.204)	1.055	1.406	(872)	534

		Consolidado					
		2021			2020		
Taxa anual de amortização %		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software e licenças	20	299.207	(84.677)	214.530	118.044	(40.670)	77.374
Projetos corporativos	20	521.053	(162.678)	358.375	340.694	(104.683)	236.011
Ágio - rentabilidade futura	-	48.420	(13.157)	35.263	105.119	(78.236)	26.883
Outros intangíveis	-	2.839	(252)	2.587	20.514	-	20.514
		871.519	(260.764)	610.755	584.371	(223.589)	360.782

A movimentação do intangível da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

		Controladora		
	Saldo inicial em			Saldo final em
	31.12.2020	Aquisições	Amortização	31.12.2021
Software e licenças	534	272	(322)	484
Projetos corporativos	-	581	(10)	571
	534	853	(332)	1.055

	Consolidado				Saldo final em 31.12.2021
	Saldo inicial em 31.12.2020	Aquisições	Transferencia	Amortização	
Software e licenças	77.374	190.804	(9.641)	(44.007)	214.530
Projetos corporativos (a)	236.011	180.358	-	(57.994)	358.375
Ágio - rentabilidade futura	26.883	-	8.380	-	35.263
Outros intangíveis	20.514	-	1.261	(19.188)	2.587
	360.782	371.162	-	(121.189)	610.755

- a) Desenvolvimento de novos produtos, contabilizados em concordância com a legislação em vigor. Substancialmente referem-se aos projetos desenvolvidos internamente, principalmente na controlada Alelo S.A.. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram realizados testes de *impairment* e não houve perda no valor recuperável do intangível.

Nos exercícios de 2021 e 2020 não foram realizadas baixas nos ativos intangíveis.

16 Passivos com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo no consolidado é de R\$ 324.093 (R\$ 165.114 em 31 de dezembro de 2020) e corresponde à depósitos interfinanceiros, da controlada indireta, Banco Digio S.A.

17 Contas a pagar operacionais

As obrigações com estabelecimentos comerciais (Alelo S.A.), com parceiros (Livelo S.A.) e com as bandeiras (Banco Digio), estão registradas em contas de passivo. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos consolidados correspondem a R\$ 4.737.006 (R\$ 3.730.828 em 31 de dezembro de 2020).

18 Obrigações com portadores

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo no consolidado é de R\$ 2.276.175 (R\$ 2.225.870 em 31 de dezembro de 2020) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões Alelo e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários.

19 Programa de incentivos às vendas

Refere-se ao comissionamento pago aos bancos sócios e parceiros sobre as vendas dos produtos Alelo. Envolve a aplicação de taxas sobre o montante total faturado de acordo com o produto e condições comerciais negociadas com os clientes. A liquidação ocorre mensalmente ou trimestralmente após apuração do valor comissionado via emissão e pagamento de nota fiscal.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bancos	-	-	10.525	37.579
Outros canais vendedores	-	-	10.353	(3.058)
	-	-	20.878	34.521

20 Salários e encargos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Gratificações	32.884	36.681	166.409	136.231
Provisão de férias	2.764	2.651	39.223	33.764
Encargos sociais	1.969	2.214	24.508	20.893
Outros	714	356	22.666	18.118
	38.331	41.902	252.806	209.006
Circulante	19.562	20.693	198.962	165.740
Não circulante	18.769	21.209	53.844	43.266

21 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social	4.318	-	10.662	155.103
PIS	355	12	11.919	10.517
COFINS	1.688	75	56.446	49.290
IRRF	820	1.171	12.364	9.914
Impostos sobre serviços	154	181	14.525	9.783
Outros tributos a recolher	198	189	11.292	10.099
	7.533	1.628	117.208	244.706
Circulante	7.533	1.628	117.208	244.706
Não circulante	-	-	-	-

22 Dividendos a receber e lucros a pagar

a. Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa possui provisão para recebimento de dividendos no montante de R\$ 172.749 (R\$ 133.002 em 31 de dezembro de 2020), referentes à destinação de parte do lucro líquido do exercício de suas controladas.

b. Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, à provisão para pagamentos de dividendos na controladora e no consolidado, R\$ 213.551 e R\$ 223.500 respectivamente (R\$ 216.098 e R\$ 232.485 em 31 de dezembro de 2020).

23 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita diferida (a)	-	-	3.177.373	2.886.291
Provisão de custos dos serviços prestados	63	-	212.217	223.497
Provisões de despesas gerais e administrativas	8.921	8.930	44.251	84.756
Provisão de comissionamento sobre incentivos	-	-	178.112	39.260
Desenvolvimento, manutenção e suporte	12.772	3.979	52.643	222.505
Crédito a clientes	-	-	55.098	75.963
Provisões de Marketing	1.072	67	59.392	98.509
Contas a pagar partes relacionadas	3.107	694	8.406	10.852
Serviços profissionais	8.088	4.179	43.437	55.502
Outras contas a pagar	-	-	14.352	541
	34.023	17.849	3.845.281	3.697.676
Circulante	34.023	17.849	3.845.182	3.697.640
Não circulante	-	-	99	36

- (a) Refere-se substancialmente ao volume de pontos acumulados que a controlada Livelô S.A. oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

24 Arrendamento mercantil

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o CPC 06 (R2) que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

	Controladora				Saldo final em 31.12.2021
	Saldo inicial em 31.12.2020	Aluguéis pagos	Juros	Acréscimo	
Arrendamento mercantil	9.526	(2.992)	588	1.079	8.201
	9.526	(2.992)	588	1.079	8.201
Circulante	13				428
Não circulante	9.513				7.773

	Consolidado				Saldo final em 31.12.2021
	Saldo inicial em 31.12.2020	Aluguéis pagos	Juros	Acréscimo	
Arrendamento mercantil	53.452	(16.099)	3.209	4.769	45.331
	53.452	(16.099)	3.209	4.769	45.331
Circulante	20.865				10.693
Não circulante	32.587				34.638

25 Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Empresa operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores diretos da Elo Participações Ltda. (Bradescard Elo Participações S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A.) e controladores indiretos (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A) bem como as controladas Livelô S.A., Elo Serviços S.A., Alelo S.A., Kartra Participações Ltda., e Movera Serviços e Promoção do Empreendimento Ltda., Banco Digio S.A. (controle indireto) e a empresa coligada Cielo S.A..

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Elo Participações Ltda.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021*

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Caixa e bancos								
Banco Bradesco S.A.	11	-	99	-	84.473	-	66.090	-
Banco do Brasil S.A.	4	-	4	-	7.528	-	2.708	-
Caixa Econômica Federal S.A.	-	-	-	-	65	-	97.085	-
Banco Digio S.A.	-	-	-	-	602	-	-	-
Aplicações financeiras								
Banco Bradesco S.A.	229.822	15.961	270.895	11.456	4.004.506	201.231	3.827.354	142.300
Banco do Brasil S.A.	90.439	13.343	263.945	5.975	1.864.763	93.672	3.129.508	25.167
Caixa Econômica Federal S.A.	-	-	-	-	63.067	-	50.238	-
Banco Digio S.A.	11.448	1.035	161.102	3.876	-	-	-	-
Contas a receber								
Banco Bradesco S.A.	-	-	322	-	284.689	353.894	231.805	2.035
Banco do Brasil S.A.	-	-	60	-	149.312	244.377	139.452	1.021.229
Caixa Econômica Federal S.A.	-	-	-	-	-	392.200	-	721
Cielo S.A.	-	-	-	-	170.838	358.028	144.643	372.572
Elo Serviços S.A.	274.152	7.486	10	-	-	-	-	-
Banco Digio S.A.	1.742	-	1	-	-	-	-	-
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	-	-	10.837	-	-	-	-	-
Livelo S.A.	-	-	2	-	-	-	-	-
Alelo S.A.	174	-	8	-	-	-	-	-
Outros créditos								
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	-	-	2.074	444	-	-	-	-
Kartra Participações Ltda	32	1	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	80	-
Programa de incentivos às vendas								
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	-	(8.862)	(96.840)	(14.993)	(93.657)
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	(1.663)	(89.393)	(22.586)	(50.942)
Dividendos a receber								
Alelo S.A.	45.546	-	46.351	-	-	-	-	-
Elo Serviços S.A.	13.225	-	21.695	-	-	-	-	-
Livelo S.A.	113.978	-	64.956	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar								
Banco Bradesco S.A.	(106.797)	-	(108.070)	-	(107.148)	-	(110.410)	-
Banco do Brasil S.A.	(106.754)	-	(108.027)	-	(106.754)	-	(108.027)	-
Caixa Econômica Federal S.A.	-	-	-	-	(9.598)	-	(14.048)	-
Contas a pagar								
Banco Bradesco S.A.	-	(191)	-	(181)	(325.564)	(181.536)	(3.803)	68.884
Banco do Brasil S.A.	-	(168)	-	(7)	(244)	(104.344)	(25)	61.114
Caixa Econômica Federal S.A.	-	-	-	-	-	(191.141)	-	29
Cielo S.A.	-	-	-	-	(320.226)	(153.493)	(88.856)	(142.175)
Alelo S.A.	-	-	(694)	-	-	-	-	-
Banco Digio S.A.	(94)	-	-	-	-	-	-	-
Livelo S.A.	(9)	-	-	-	-	-	-	-

A Empresa destaca que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado.

26 Honorários dos Administradores, gratificações e previdência privada

Os honorários dos administradores totalizaram na controladora e no consolidado R\$ 4.024 e R\$ 21.799 respectivamente (R\$ 3.089 e R\$ 17.852 em 31 de dezembro de 2020) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica “Despesas com pessoal”

Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Empresa definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Empresa.

A Empresa e suas controladas dispõem de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Empresa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 958 (R\$ 1.103 em 31 de dezembro de 2020) na qual foram contabilizadas na rubrica “Despesa com pessoal”.

27 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	992.559	864.584	2.553.167	2.737.616
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	337.470	293.959	868.077	930.789
<u>Efeito no cálculo dos tributos:</u>				
Contingências tributárias, trabalhistas, cíveis	(9.166)	3.286	(4.773)	7.658
Provisão para perdas do valor recuperável	-	4	18.240	22.736
Equivalência patrimonial	(284.326)	(305.934)	(215.336)	(303.659)
Prejuízo fiscal de IRPJ e CSLL	-	-	28.843	(3.689)
Obrigações fiscais diferidas	-	-	(366)	(4)
Ativo fiscal diferido	98.919	(4.534)	116.598	(22.288)
Participação nos lucros - funcionários	361	487	6.882	5.047
Provisão para despesas administrativas	6.098	12.954	(101.610)	(40.700)
Incentivos fiscais	7	(5)	(21.401)	(19.588)
Outros valores	(11.009)	(24)	(46.641)	38.612
Imposto de renda e contribuição social	138.354	193	648.513	614.914
Sendo:				
Impostos correntes	39.435	4.728	531.916	637.202
Impostos diferidos	98.919	(4.535)	116.597	(22.288)
Despesa contabilizada	138.354	193	648.513	614.914

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			Saldo em 31.12.2021
	Saldo em 31.12.2020	Constituição	Realização	
Provisão para contingências tributárias	4.644	-	(1.511)	3.133
Provisão PLR	6.280	-	(248)	6.032
Provisão administrativa	42.834	-	(5.291)	37.543
Outros valores	8.252	-	(108)	8.144
	62.010	-	(7.158)	54.852
Prejuízo fiscal / base negativa	-	-	-	-
Total dos créditos diferidos	62.010	-	(7.158)	54.852
IFRS16	(2.184)	(1.016)	-	(3.200)
Atualização de depósitos judiciais	(159)	(78)	-	(237)
Outros valores	-	(90.667)	-	(90.667)
Total dos passivos fiscais diferidos	(2.343)	(91.761)	-	(94.104)
Total líquido dos impostos diferidos	59.667	(91.761)	(7.158)	(39.252)

	Consolidado			Saldo em 31.12.2021
	Saldo em 31.12.2020	Constituição	Realização	
Provisão para contingências tributárias	29.371	3.848	-	33.219
Provisão para contingências trabalhistas	970	34	-	1.004
Provisão para contingências cíveis	3.516	1.662	-	5.178
Provisão fee - Visa Elo	608	166	-	774
Provisão PLR	34.143	8.319	-	42.462
Provisão administrativa	199.686	-	(42.473)	157.213
Provisão para perdas esperadas	235.242	-	(2.661)	232.581
Ágio amortização adquirido/ cedido por incorporação	29.285	-	(29.285)	-
Provisão de receitas	79.721	-	(11.668)	68.053
Outros valores	25.073	19.020	-	44.093
Total dos passivos fiscais diferidos	637.615	33.049	(86.087)	584.577
Prejuízo fiscal / base negativa	77.282	8.928	-	86.210
IFRS16	(2.687)	(12.418)	-	(15.105)
Obrigações fiscais diferidas	(1.107)	-	209	(898)
Outros valores	(25.263)	(82.697)	-	(107.960)
Provisão de receitas	(11.418)	-	7.735	(3.683)
Atualização de depósitos judiciais	(1.848)	(2.255)	-	(4.103)
Total dos passivos fiscais diferidos	(42.323)	(97.370)	7.944	(131.749)
Total líquido dos impostos diferidos	672.574	(55.393)	(78.143)	539.038

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Controladora		
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Até 1 ano	(15.021)	(3.554)	(18.575)

Elo Participações Ltda.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021

Até 2 anos	(28.570)	(10.285)	(38.855)
Até 3 anos	8.178	2.944	11.122
Até 4 anos	4.165	1.499	5.664
Até 5 anos	1.024	368	1.392
Total	(30.224)	(9.028)	(39.252)

	Consolidado						
	Diferenças temporárias		Reserva especial de ágio		Prejuízo / base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
Até 1 ano	203.437	104.272			1.651	1.321	
Até 2 anos	53.237	54.941			1.347	1.078	110.603
Até 3 anos	28.939	10.616			4.264	3.411	47.230
Até 4 anos	4.684	1.833			38.801	31.041	76.359
Até 5 anos	2.171	889			1.831	1.465	6.356
Acima de 5 anos	(847)	(304)	(8.119)	(2.921)	-	-	(12.191)
Total	291.621	172.247	(8.119)	(2.921)	47.894	38.316	539.038

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa Selic, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2021 no individual e no consolidado correspondem a R\$ 36.574 e R\$ 498.047 respectivamente (R\$ 56.774 e R\$ 635.369 em 2020).

O montante de passivo diferido de R\$11.040 refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a rentabilidade futura do ágio, reconhecido na base de cálculo no período de 2010 a 2015 proveniente da aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da empresa Smart Benefícios Ltda na controlada Alelo.

28 Passivos contingentes

A Empresa e suas controladas são parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

As controladas são parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária, trabalhista e previdenciária. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas e previdenciárias	83.055	104.196	88.570	109.243
Tributárias	9.217	13.659	95.980	89.605
Cíveis	15	1.393	14.637	10.356
	92.287	119.248	199.187	209.204
Circulante	1.781	683	21.918	14.694
Não circulante	90.506	118.565	177.269	194.510

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Controladora				
	Saldo em	Adições	Baixas/ reversões	Saldo em
	31.12.2020			31.12.2021
Trabalhistas e previdenciárias	104.196	45.770	(66.911)	83.055
Tributárias	13.659	834	(5.276)	9.217
Cíveis	1.393	186	(1.564)	15
	119.248	46.790	(73.751)	92.287
Consolidado				
	Saldo em	Adições	Baixas/ reversões	Saldo em
	31.12.2020			31.12.2021
Trabalhistas e previdenciárias	109.243	47.989	(68.662)	88.570
Tributárias	89.605	15.636	(9.261)	95.980
Cíveis	10.356	11.732	(7.451)	14.637
	209.204	75.357	(85.374)	199.187

As controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo possível risco de perda e que, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, não geram necessidade de provisionamento. Em 31 de dezembro de 2021, não existem processos nessas condições (R\$ 1.844 em 2020) e no consolidado R\$ 357.554 (R\$ 182.924 em 2020).

a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras” e “indenizações” em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base na média móvel apurada dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

b. Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas, ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Empresa.

c. Obrigações legais - tributárias

A Empresa e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

29 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social é de R\$ 1.052.000, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.052.000 (1.052.000 em 2020) quantidade de quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada.

b. Reserva legal

O saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, dessa reserva é de R\$ 85.480.

c. Outras reservas de lucros

Em razão da manutenção da expectativa de crescimento da Empresa e das projeções realizadas para os negócios no corrente ano, a Empresa entende ser necessária a criação da reserva para expansão. A Administração acredita que o fortalecimento do capital de giro proporcionado por esta retenção conferirá maior estabilidade financeira nas suas operações.

Em 31 de dezembro de 2021 a reserva para expansão apresenta um saldo de R\$ 1.803.203 (R\$ 2.046.452 em 2020).

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de junho de 2021, foi deliberado através de ata de reunião dos sócios, o pagamento de dividendos adicionais referente ao exercício de 2020, no montante de R\$ 883.902 (R\$ 456.158 em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa registrou dividendos propostos no montante de R\$ 213.551 (R\$ 216.098 em 2020), proveniente do resultado do exercício de 2021.

30 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prestação de serviços de benefícios				
Alelo S.A.	-	-	2.064.632	1.793.782
Programa de pontos Nivelô S.A.	-	-	3.163.311	2.231.562
Bandeira Elo	-	-	2.327.053	2.280.120
Serviços bancários Banco Digio	-	-	849.460	703.476
Serviços de microcrédito da Movera				
Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	-	-	-	15.543
	-	-	8.404.456	7.024.483
Receita bruta	-	-	8.404.456	7.024.483
Impostos sobre serviços	-	-	(847.784)	(712.477)
	-	-	7.556.672	6.312.006

31 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo dos serviços prestados (a)	-	-	(3.136.612)	(2.163.004)
Despesas com pessoal	(12.163)	(13.258)	(730.671)	(574.175)
Infraestrutura	(14.288)	(5.064)	(324.616)	(304.628)

Elo Participações Ltda.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021

Despesa de marketing	(1.952)	(557)	(490.356)	(371.349)
Honorários profissionais	(8.510)	(2.958)	(203.757)	(187.019)
Serviços de terceiros	(903)	(1.064)	(106.521)	(94.594)
Despesas de aluguel e manutenção	(319)	(1.457)	(18.336)	(19.297)
Despesas de serviços financeiros	-	-	(201.717)	(91.556)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(45)	(142)	(3.842)	(9.652)
Depreciações e amortizações	(1.040)	(1.179)	(145.957)	(89.954)
Tributos e taxas administrativas	(16)	(99)	(3.517)	(5.744)
Despesas com telefonia	(762)	(11)	(3.698)	(2.146)
Despesas de contribuições e doações	(84)	(182)	(8.441)	(17.849)
Despesas com material de escritório	(32)	(19)	(7.498)	(3.289)
Outras receitas/(despesas) administrativas	23.935	(24.266)	(209.774)	(214.080)
Outras receitas/(despesas) (b)	136.513	(3.187)	(51.888)	(165.040)
	120.334	(53.443)	(5.647.201)	(4.313.376)

- a) Refere-se a custos das controladas na prestações de serviços.
- b) Substancialmente na controladora, refere-se à ganhos de capitais, e no consolidado, trata-se de perdas operacionais, processos e custas judiciais.

32 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aplicações financeiras	30.899	21.308	335.590	177.319
Atualizações monetárias	8.274	460	12.803	1.205
Varição cambial positiva	-	-	100	1.255
Juros e multas recebidos	-	-	10.579	14.119
Programa de incentivos às vendas	-	-	19.611	14.028
Descontos obtidos	48	10	869	3.508
Outras receitas	989	559	18.226	21.729
Total de receitas financeiras	40.210	22.337	397.778	233.163

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bonificações e descontos concedidos	(12)	-	(474.705)	(307.654)
Programa de incentivos às vendas	-	-	(11.681)	(13.574)
Atualização monetária	-	-	(22.203)	(3.265)
Juros e multas	(63)	(247)	(26.465)	(4.360)
Varição cambial negativa	(1)	(1)	(156)	(545)
Despesas bancárias	(382)	(2.826)	(30.363)	(49.871)
Outras despesas (a)	(3.780)	(1.039)	(20.948)	(12.490)
Total de despesas financeiras	(4.238)	(4.113)	(586.521)	(391.759)
Resultado financeiro	35.972	18.224	(188.743)	(158.596)

- a) Refere-se substancialmente a PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

33 Obrigações e compromissos

a. Serviço de captura de transações

Prestação de serviços de captura de transações, afiliações a estabelecimento, prevenção à fraude, controle e liquidação financeira. O contrato tem prazo de vigência indeterminado, sendo as condições financeiras restabelecidas anualmente.

b. Serviço de processamento de transações com cartões Alelo

Prestação de serviços de processamento e autorização das transações dos cartões Alelo. O contrato iniciou-se em 24 de março de 2006.

c. Serviço de emissão de cartões Alelo

Processo de emissão e personalização dos cartões.

d. Logística de entrega e transporte de cartões Alelo

Os serviços de transporte incluem a coleta, a entrega e o manuseio de cartões Alelo e vale transporte. O prazo de duração do contrato é de 12 meses contados de sua assinatura, renovado automaticamente por períodos iguais e sucessivos, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por quaisquer das partes.

34 Cobertura de seguros

A Empresa e suas controladas mantêm política de cobertura de seguros com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas pela Administração para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as principais apólices de seguros são:

Tipo	Importância segurada	
	2021	2020
Predial	125.670	42.082
Responsabilidade civil	655	761

35 Gestão de riscos

Uma das atribuições da Empresa como holding, é centralizar a estrutura de gerenciamento de riscos de suas controladas. O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança. Esse modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles executadas na Empresa de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das suas controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os comitês de gestão de riscos de cada uma das controladas. São apresentados mensalmente nos comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos das controladas. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A Empresa conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de risco, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Em concordância com a Resolução CMN nº 4.557/17 e com

as boas práticas de mercado, a Empresa dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional e controles internos, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital. A Empresa trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Por se tratar de uma holding e realizar a consolidação econômico-financeira de suas controladas, a Empresa não possui riscos de mercado e risco de liquidez. Estes riscos estão atribuídos às suas controladas, que são os geradores destas exposições. Estes riscos são tratados individualmente em cada uma das controladas. Com relação aos riscos mencionados anteriormente, o único cuja Empresa está exposta é o risco operacional em detrimento dos processos de atendimento às suas controladas.

- **Risco Operacional**

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da instituição. A existência da Área está alinhada às práticas de mercado, políticas internas da EloPar e à Resolução CMN nº 4.557/17.

36 Novas regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)

A Lei 12.865/13, trouxe uma roupagem jurídica específica para o que foi denominado de “arranjo de pagamento”, atribuindo ao Instituidor do Arranjo de Pagamento (“IAP”), a responsabilidade por estipular regras e princípios que disciplinem os serviços de pagamento, e ao Banco Central do Brasil competência para disciplinar, autorizar e fiscalizar os Arranjos de Pagamento. No contexto da supracitada Lei, a controladora Elo Serviços S.A. é classificada como IAP, estando os Arranjos de Pagamento instituídos pelo IAP sujeitos, portanto, à aprovação do Banco Central do Brasil para fins de funcionamento.

A controlada Alelo S.A. deverá atentar-se ao fiel cumprimento de regras que abrangem a gestão de riscos, níveis mínimos de patrimônio líquido, dentre outros requisitos semelhantes aos de Instituição Financeira. A controlada tomou todas as providências necessárias para adequação à legislação do BACEN, visando estar em plena conformidade no momento da concessão da autorização de funcionamento, e já realizou o protocolo do pedido de autorização, aguardando a manifestação do BACEN.

37 Outras informações

Dado o cenário de continuidade do surto de coronavírus (COVID-19) no ano de 2021, a Organização Mundial da Saúde (OMS) manteve a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (anunciada desde janeiro de 2020). As consequências do surto, incluindo as importantes decisões de governos e iniciativa privada, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem, na sua extensão, gerar impacto relevante nos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Elo Participações, visando implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras, visando a proteção dos índices de solvência e do patrimônio da Empresa.

A performance dos resultados apurados no exercício de 2021 refletem o efeito da retomada de atividades de setores relevantes da economia brasileira, dessa forma as empresas que compõem o grupo EloPar, em sua maioria conseguiram evoluir ou manter seu resultado.

38 Eventos subsequentes

Em 25 de fevereiro de 2022, foi aprovada pelos Sócios a cisão parcial do patrimônio líquido, no montante de R\$614.542, representado por 100% do investimento antes detido pela Sociedade na empresa Kartra Participações Ltda. (Kartra), com a posterior incorporação das parcelas cindidas da seguinte forma: a) 50,01% pela Bradescard Elo Participações S.A.; e 49,99% pela BB Elo Cartões Participações S.A.

A citada aprovação foi precedida de uma operação de compra e venda de três quotas representativas do capital social da Kartra entre a Sociedade e a Elo Holding Financeira S.A., subsidiária integral da Sociedade, de forma que no momento da cisão parcial a Sociedade detinha 100% das quotas da Kartra.